

# saúde pública





# Apresentação

**A** crise mundial provocada pela pandemia de covid-19 incentiva, mais do que nunca, a reflexão sobre políticas públicas de saúde, tanto no que diz respeito a seus objetivos e componentes técnicos, como à sua área de abrangência, universalidade e concepções éticas implícitas. Internacionalmente percebe-se uma guinada sensível no sentido de revisão da relação Estado-sociedade nas últimas décadas, destacando-se a ideia de que os efeitos de sistemas de saúde bem desenvolvidos são superiores aos seus custos financeiros.

O primeiro artigo deste dossiê, “Pandemia de covid-19: o SUS mais necessário do que nunca”, parte dessa percepção, apontando o papel central do Sistema Único de Saúde (SUS) no combate à epidemia. Pela primeira vez em décadas o SUS passou a ser valorizado pela opinião pública, imprensa e vários setores da sociedade. Para seus auto-

res: “Independentemente das mudanças de posições de diversos atores, um dos poucos consensos nacionais é que sem o enorme esforço dos trabalhadores do SUS a impen-sável e triste marca de mais de 250 mil óbitos notificados após um ano do primeiro caso diagnosticado com Sars-Cov-2 no Brasil seria ainda maior”. Além dessa constatação, o artigo discorre sobre a potencialidade e os limites do SUS, destacando-se a questão do financiamento em queda nos últimos anos e a conjuntura política que desequilibra e tensiona a relação entre os entes federados, impossibilitando ações conjuntas necessárias e imprescindíveis.

Ao longo deste último ano, dados epidemiológicos tornaram-se conhecidos e passaram a ocupar um lugar de destaque no espaço público. O artigo “A importância do registro de câncer no planejamento em saúde” demonstra como os dados desse registro geraram informações importantes para o planejamento e gestão no município de São Paulo, por exemplo. A análise de dados de mais de 700 mil casos de câncer registrados entre 1997 e 2017 indicou a

necessidade de alterações urgentes nos programas de prevenção de câncer na mulher e no homem, indicando faixas etárias e situações prioritárias. Entre os jovens, o registro de câncer evidencia a tendência crescente de tumores de boca relacionados ao HPV, tendência esta que, aliada a outros fatores, demonstra a necessidade de vacinação para o HPV não apenas de meninas, mas também de meninos. Analisando-se a distribuição espacial e a análise de sobrevivência, verificou-se que os programas de saúde precisam estar atentos à população que reside em locais menos favorecidos. A falta de atenção se reflete na desigualdade do acesso aos recursos de saúde, diminuindo as taxas de sobrevivência desses pacientes, moradores em áreas periféricas do município de São Paulo. Assim, desigualdade social e desigualdade em saúde são destacadas na análise epidemiológica.

Políticas públicas são condição *sine qua non* para o enfrentamento de uma pandemia, mas são também condição indispensável para o equacionamento e a superação de problemas estruturais como a falta de saneamento. O terceiro artigo, “O Novo Marco Legal do Saneamento: universalização e saúde pública”, discute o tema considerando as metas estabelecidas para a universalização, ante as demandas de atendimento às populações em situação de vulnerabilidade social. Enfatiza que o saneamento deveria ter sido prioridade dos gestores públicos há muitos anos, não somente criando uma infraestrutura eficiente, mas também estabelecendo preços acessíveis para garantir a universalização. Discute a delegação dessa tarefa à iniciativa privada, o que pode denotar que o saneamento continua à margem da prioridade dos governantes.

A saúde pública define-se como um campo interdisciplinar. Tradicionalmente, no Brasil, os campos da nutrição e da saúde pública têm um lugar de destaque em termos de políticas públicas. No artigo “Dietas sustentáveis e sistemas alimentares: novos desafios em nutrição em saúde pública” lembra-se que o sistema alimentar global, hoje, não é sustentável e, paralelamente, o mundo enfrenta a sindemia global da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. Destaca-se que, para a superação dos desafios, será necessário “olhar para múltiplos atores, com a adoção ou fortalecimento de políticas públicas locais, nacionais e globais, de modo a se garantir a segurança alimentar e nutricional, a soberania e a resiliência do planeta”.

O último artigo, “À luz da diferença: responsabilidade, alteridade e a ‘lógica do cuidado’”, lança luz, a partir de marcadores sociais da diferença (“cor/raça”, etnia, classe, gênero, sexualidade, geração, território), sobre o acesso às condições de saúde como uma ocasião em que a justiça falha sistematicamente diante de determinados corpos, em certos territórios. Seu autor afirma: “Sabemos hoje, um ano após o início da pandemia do novo coronavírus, que o governo brasileiro atuou por meio de uma ‘estratégia institucional de propagação do vírus’”. Lembra ainda que a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) acredita que o governo federal tenha sido o principal agente transmissor da covid-19 entre os povos indígenas. Parte da perspectiva dos povos indígenas como um lugar de “diferença”, para entender a institucionalidade do poder no Brasil como intensificação das desigualdades. Problematizando a questão da alimentação, faz uma leitura crítica da obra de Josué de

Castro, entendendo-a como “lógica da oclusão”: mesmo quando se procura incluir os indígenas em um plano nacional de gestão política da fome, essa inclusão não é suficiente para que haja justiça, porque a lógica indígena de relação com o território é não apenas desconhecida, mas também desconsiderada, obliterada. Inspirado em Denise Ferreira da Silva, transporta para a saúde pública a relação dos espaços de brilho e os espaços de obscuridade que são criados pela exploração colonial. Além da lógica da exclusão, mobilizada como explicação pela sociologia das condições sociais, a autora defende que as desigualdades são produzidas fundamentalmente pela oclusão e obliteração.

Considerando ainda as noções de vulnerabilidade social e saúde, e o pensamento crítico em relação às lógicas de cuidado, apresenta uma perspectiva que aproxima a lógica do cuidado a uma “lógica da alteridade”. Preocupado com a possibilidade de se realizar efetivamente a justiça e a vivência dos direitos humanos para os inúmeros diferentes que compõem as sociedades, propõe que se pense a prática em saúde e as políticas públicas como processo de “compensação, restituição e retomada”.

**Fabiola Zioni**

**Faculdade de Saúde Pública/USP**